

# O CONDE DE SAMODÃES E O DISCURSO CONCILIADOR ENTRE CATOLICISMO E LIBERALISMO POLÍTICO

EDUARDO C. CORDEIRO GONÇALVES \*

## 1. Nota preliminar

Nascido num tempo marcado pelas lutas liberais, e numa família que sofreu o anátema da perseguição miguelista, Francisco de Azeredo Teixeira de Aguiar, 2º conde de Samodães <sup>1</sup>, tornou-se, já em plena regeneração, o homem de Estado e, simultaneamente, figura expressiva do catolicismo português na fase final da monarquia constitucional. Neste sentido, a sua projecção pública (política e religiosa) incide sobremaneira no (re)lançar do movimento católico em Portugal, em 1870, cuja espessura cronológica se alongará até à República.

---

\* Instituto Superior da Maia – ISMAI.

<sup>1</sup> Das pequenas notícias biográficas sobre Samodães, salientam-se, à guisa de exemplo, as registadas em: SILVA, Abúndio da – O conde de Samodães. *A Palavra*. Porto. 37: 30 (16 Julh. 1980) 1; PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme – *Portugal: dicionário chorographico, biographico, heráldico, numismático e artístico*. Lisboa: João Romano Torres, 1912, vol. VI, p. 515-518; LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Cota d’Armas Editores e Livreiros, 1990, vol. VIII, p. 379-380; FERREIRA, António Jorge Coutinho e Lemos – Conde de Samodães: perfil. *O Progresso Catholico*. Porto. 27: 2 (15 Jan. 1905) 14-17; Conde de Samodães. *A União*. Lisboa. 3: 90 (6 Març. 1922) 5-6; Conde de Samodães. *Artes e Letras: suplemento do Novidades*. Lisboa. 5: 18 (15 Dez. 1941) 1-4; PIMENTEL, Alberto – *Esboço biographico do 2º conde de Samodães*. Porto: [s.e.], 1908. Atente-se ainda nos estudos de: PINTO, A. Ferreira – Conde de Samodães. *Boletim Cultura da Câmara Municipal do Porto*. Porto. 5: 1 (1942) 5-35; CLEMENTE, Manuel – Perfil de um leigo: Francisco de Azeredo Teixeira de Aguiar. *Laikos*. Lisboa. 9: 4 (Out.-Dez. 1986) 471-496; GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro – *Católicos e política (1870--1910). O pensamento e a acção do*

Ora, o cerne do pensamento e da acção de Samodães prende-se, pois, com momentos decisivos do processo organizativo dos católicos, nas balizas cronológicas anunciadas, face às mudanças operadas pela instalação do liberalismo entre nós. Figura central do referido movimento, vai liderar a sensibilidade católica cujo tipo de militância pretende autonomizar os objectivos religiosos dos objectivos políticos no âmbito da designada «questão religiosa», tendo como desiderato a «união» de todos os católicos, independentemente das suas opções eclesiais e político-partidárias. Antecipando entre nós a defesa de um *ralliement* às instituições e ao regime liberal, apoia e participa numa nova dinâmica que também contempla a intervenção organizada dos católicos a nível das instâncias políticas, tendo em conta a defesa dos interesses na Igreja.

A partir de uma devassa crítica aos princípios nucleares do pensamento político-religioso organizado de Samodães, apresenta-se aqui, tão-só, um breve debulhar desse pensamento no que concerne à relação entre catolicismo e liberalismo. Para tal, a nossa indagação incidiu nos inúmeros escritos do conde, quer a nível de pequenas brochuras e até livros de fôlego, quer em apresentações e intróitos que fez à tradução de alguns clássicos do pensamento católico de então e outrossim na imensa colaboração na imprensa, especialmente em *A Palavra*.

## 2. Pensamento político ao serviço das convicções

Abandonada a acção política directa em 1871, após ter exercido funções de ministro da Fazenda e de uma última passagem pelo cargo de governador civil do Porto, Samodães irá dedicar o cerne da sua intervenção pública ao debate político-religioso que então se intensificava. A par da participação activa como organizador e impulsionador do militantismo católico que readquire novo fôlego a partir da década de 1870, vai desenvolver no plano doutrinal acção marcante para a afirmação do complexo processo de conciliação entre o catolicismo e o liberalismo político.

Pondo, amiúde, o seu pensamento político ao serviço das convicções que perfilhava, Samodães lidera um grupo de católicos que intentam, com êxito, abrir «um espaço próprio na questão político-religiosa oitocentista entre nós»<sup>2</sup>. Basta, pois, atentar nas omnímodas iniciativas que liderou, o caso da Associação Católica do Porto<sup>3</sup> e do jornal.

---

*conde de Samodães*. Porto: ISMAI, 2004.

*A Palavra*, bem como na intensa participação no debate sobre a criação, ou não, de um partido confessional <sup>4</sup>, tudo iniciativas que demonstram, ao longo das décadas de 70 e 80 do século XIX, o arranque da actividade militante de um grupo de católicos alinhados com o regime constitucional, cujo empenho mobilizador teve sempre presente a prossecução da conciliação entre a religião católica e o liberalismo.

Com efeito, este desiderato de compatibilização do catolicismo com o liberalismo vai acentuar-se quer a nível prático, quer a nível teórico <sup>5</sup>. Neste sentido, fautor de forte corrente de opinião no plano do debate público, cabe a Samodães e a boa parte do grupo de *A Palavra*, sob os auspícios da Associação Católica do Porto e do antístite da diocese, cardeal D. Américo Ferreira dos Santos Silva <sup>6</sup>, o maior esforço nesse processo de conciliação.

## 2.1. Distinção entre ideologia e sistema político

Utilizando o diário católico *A Palavra*, jornal que ajudara a fundar e cujo programa de imparcialidade político-partidária e de respeito aos poderes públicos exarou nos seus primeiros números <sup>7</sup>, irá ao longo dos meses iniciais desta publicação argumentar em favor de uma arrojada

---

<sup>2</sup> CLEMENTE, Manuel – Católicos, Estado e Sociedade no Portugal de Oitocentos. In IDEM – *Igreja e sociedade portuguesa do liberalismo à república*. Lisboa: Grifo – Editores e Livreiros, 2002, p. 355.

<sup>3</sup> Cf. GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro – *A Associação Católica do Porto há 125 anos. Contributo para a sua história*. Porto: A. C. P., 1997.

<sup>4</sup> Cf. IDEM – Projecto de programa para a organização do Partido Católico: um debate no último quartel de Oitocentos. In RAMOS, Luís A. de Oliveira *et alii* [coordenação] – *Estudos de homenagem a João Francisco Marques*. Porto: FLUP, 2001, vol. 2, p. 21-34.

<sup>5</sup> Estes esforços para compatibilizar o liberalismo e o catolicismo no campo teórico tinham sido já preconizados por Manuel Giraldes, lente de Direito Político e Eclesiástico da Universidade de Coimbra, ao fazer uma leitura clara da ideologia liberal católica. Cf. GIRALDES, Manuel Nunes – *O papa-rei e o concílio*. Lisboa: Typ. Universal, 1870. A resposta à polémica então suscitada por este opúsculo pode ser conferida em: CARVALHO, António José – *O poder temporal dos papas em resposta ao papa-rei e o concílio*. Lisboa: Typ. Do Futuro, 1871. A este propósito, ver ainda: CATROGA, Fernando – O laicismo e a questão religiosa (1865-1911). *Análise Social*. Lisboa. 34:100 (1988-1º) 226 e 227.

<sup>6</sup> «O que se escreve na *Palavra*, já se tem dito muitas vezes, está sempre sob a censura do venerando prelado da diocese portugalense [...]». S. [Conde de Samodães] – Última resposta à *Nação*. *A Palavra*. Porto. 2: 593 (27 Julh. 1874) 1.

<sup>7</sup> «*A Palavra* respeita, reconhece e obedece aos poderes públicos, que encontrou

«recuperação» de princípios de referência do cristianismo e dos quais a ideologia liberal se tinha «apropriado» <sup>8</sup>. Considerava, assim, como perfeitamente compatível ser-se «liberal e catholico sem contradição de ideias: deve ser liberal o que fôr sinceramente catholico, porque os princípios da liberdade, da egualdade e da fraternidade não foi a escola revolucionaria que os creou, mas o christianismo» <sup>9</sup>.

Embora assumindo um posicionamento distinto quer face ao liberalismo católico, quer ao catolicismo legitimista, Samodães desenvolve «um dos mais sérios esforços» para distinguir, no liberalismo, a ideologia do sistema político por ele instaurado.

Pese embora as suas críticas a Voltaire e Rousseau, bem como a rejeição liminar do jacobinismo revolucionário <sup>10</sup>, cuja fundamentação doutrinária estuda detidamente <sup>11</sup>, Samodães vai combinar a trilogia de liberdade,

constituídos, e não procura alterar-lhes a forma [...]. Incolor na política dos partidos, o jornal tem contudo uma política definida e franca». S. [Conde de Samodães] – Porto, 1 de Agosto. *A Palavra*. Porto. 1:2 (2 Ag. 1872) 1.

<sup>8</sup> Cf. SAMODÃES, Conde de – Catholicismo e liberalismo – I. *A Palavra*. Porto. 1: 26 (31 Ag. 1872) 1; IDEM – Catholicismo e liberalismo – II. *A Palavra*. Porto. 1: 27 (2 Set. 1872) 1; IDEM – Catholicismo e liberalismo – III. *A Palavra*. Porto. 1: 33 (9 Set. 1872) 1.

<sup>9</sup> S. [Conde de Samodães] – Catholicismo e liberalismo – I. *A Palavra*. Porto. 1: 26 (31 Ag. 1872) 1. Neste sentido, já José Maria do Casal Ribeiro tinha vindo à colação, em 1848, com a brochura *O soldado e o povo*, onde defendia aqueles princípios numa roupagem «evangélica». Cf. RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – *Portugal e a Revolução de 1848*. Coimbra: Livraria Minerva, 1990.

<sup>10</sup> «A Revolução vinha ímpia e a impiedade é a negação; negação nada produz a não ser ruínas. [...] A Revolução como regeneração da Humanidade era uma heresia. A Republica como ressurreição das glórias de Roma era um anachronismo ou um erro histórico». S. [Conde de Samodães] – Republica – I. *A Palavra*. Porto. 1: 177 (1 Març. 1873) 1. A este propósito ver ainda: IDEM – Republica – II. *A Palavra*. Porto. 1: 178 (3 Març. 1873) 1; IDEM – Republica – III. *A Palavra*. Porto. 1: 179 (4 Març. 1873) 1; IDEM – Republica – IV. *A Palavra*. Porto. 1: 182 (7 Març. 1873) 1; IDEM – Republica – V. *A Palavra*. Porto. 1: 184 (10 Març. 1873) 1; IDEM – Republica – VI. *A Palavra*. Porto. 1: 197 (26 Març. 1873) 1; IDEM – Republica – VII. *A Palavra*. Porto. 1: 199 (28 Març. 1873) 1; IDEM – Republica – VIII. *A Palavra*. Porto. 1: 203 (2 Abr. 1873) 1. Para uma síntese desta problemática poderá ser consultado: CLEMENTE, Manuel – Os católicos portugueses e os princípios de 89. *Communio*. Lisboa. 6: 3 (1989) 250-264; FERREIRA, António Matos – La Révolution Française et le développement du Catholicisme au Portugal: quelques questions et perspectives. In *LA RÉVOLUTION FRANÇAISE vue par les portugais*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1990, p. 101-102; LATREILLE, A. – *L'Église Catholique et la Révolution Française (1775-1799)*. Paris: Les Éditions du Cerf, 19170. Tomo I.

igualdade e fraternidade com os princípios evangélicos da tolerância e caridade. Por conseguinte, toma como essencial para o católico, simultaneamente integrado no sistema político liberal, reconhecer o princípio da igualdade e, pela fraternidade, colocar-se «ao serviço da grande causa da humanidade». No ensejo, alerta para as profundas diferenças entre o que considera o «liberalismo político»<sup>12</sup> e o «liberalismo filosófico». Face a tal distinção, o católico não poderia seguir, segundo Samodães, a «teoria do liberalismo» na extensão que, então, os seus defensores lhe tentavam dar. Não se deveria, pois, confundir «liberalismo com liberalidade», acrescentando: «[...] nem se pense que são só liberais os liberastas do liberalismo». Por isso, o que condena é o liberalismo que «se procure estabelecer como principio theologico para a resolução dos problemas fundamentais da sciencia religiosa», não o liberalismo como sistema político de governo, pois, neste sentido, «o catholico pode aceita-lo»<sup>13</sup>.

Por outro lado, rejeitando a acusação que lhe era dirigida pelos legitimistas de ser «católico liberal», expressão que considera de difícil definição<sup>14</sup>, Samodães sublinha que além do liberalismo político, com o qual se identifica, existe um liberalismo filosófico, «manifestamente opposto à philosophia do christianismo catholico-romano». Para o conde, aquela acepção incorria em grosseira contradição ao sustentar que «todas as religiões são igualmente boas, que os homens se podem salvar em todas elas, ou mesmo se terem algumas dispensado o sacramento do baptismo e todos os mais sacramentos, que Jesus Christo instituiu para a salvação e santificação dos mesmos homens, e ao mesmo tempo ou separadamente affirmar que é necessário tirar à Egreja Catholica a sua liberdade de acção na crença moral e disciplina, ritos e cerimoniaes, ou outras quaesquer doutrinas erróneas, n'esse caso o liberalismo é opposto à doutrina catholica e nenhum catholico romano pode ser liberal». Visto assim, o liberalismo afigurasse-lhe «um monstro horaciano», porque ao sustentar-se este liberalismo deixa-se de ser católico<sup>15</sup>.

---

<sup>11</sup> «Irresistivelmente todos olhamos para a França: nos primeiros annos de vida só lemos livros latinos, mas desde que deixamos o estudo das palavras para nos entregarmos ao das ideias, percorremos avidamente as vastas bibliothecas dos grandes escriptores das Gallias». S. [Conde de Samodães] – Republica – VIII. *A Palavra*. Porto. 1: 203 (2 Abr. 1873) 1.

<sup>12</sup> A este propósito, veja-se: JARDIN, Adré – *Histoire du libéralisme politique*. Paris: Hachette, 1985.

<sup>13</sup> S. [Conde de Samodães] – Catholicismo e liberalismo – I. *A Palavra*. Porto. 1: 26 (31 Ag. 1872) 1.

<sup>14</sup> «A primeira difficuldade que se me apresenta é a definição do termo libera-

Ora, vendo no catolicismo um «esteio legitimador» da ordem social, de resto, função que lhe era atribuída pela própria lei constitucional e na prática <sup>16</sup>, Samodães reputa de essencial a sua compatibilização com o liberalismo, que se pretende adequar à realização da doutrina cristã, tentando por esta via ultrapassar as «resistências» dos sectores católicos da área legitimista.

Discorrendo sobre o sistema político liberal, defende-o como o que «tem menos inconvenientes e melhor pode concorrer para a felicidade da sociedade portuguesa» <sup>17</sup>. Além disso, considera ainda esse sistema político como a forma mais eficaz da mesma sociedade se precaver politicamente de dois opostos, ou seja, da anarquia e do despotismo. Embora defenda a livre opção pelo que se apresente «mais conveniente à gerência dos negócios da sociedade», tem por fundamental que do sistema adoptado para essa «sociedade se regere resulte o menor número de males e mais se conforme com os princípios seguros do catholicismo» <sup>18</sup>.

Atentando no que separa o «sectário d'um systema anti-christão [do] defensor d'um principio altamente catholico», conduz-nos a uma reflexão sobre as diferenças entre os princípios e a aplicação de um sistema político <sup>19</sup>. Com efeito, a referida rejeição dos fundamentos filosóficos do liberalismo leva Samodães a orientar as suas críticas para o princípio da legitimação da autoridade através da soberania popular, bem como para o sufrágio censitário, isto a par da rejeição da legitimação jusdivinista dos reis, neste caso contrapondo-lhe o paradigma tomista então recuperado por Leão XIII.

Já em 1873, pouco depois da realização do 1º Congresso dos Oradores e Escritores Católicos, Samodães vem a lume com um dos seus primeiros escritos dedicado às grandes questões das «liberdades modernas» <sup>20</sup>,

---

lismo». S.[Conde de Samodães] – O liberalismo e o Ilmº e Revmº snr. Padre Castro Cruz. *A Palavra*. Porto. 3: 779 (9 Març. 1875) 1. «Não sabemos que haja obra onde se defina rigorosamente o que seja o catholicismo liberal». S. [Conde de Samodães] – A propósito do artigo «Um bom livro de Ségur». *A Palavra*. Porto 3: 734 (13 Jan. 1875) 1.

<sup>15</sup> Cf. IDEM – *Ibidem*.

<sup>16</sup> Cf. FERREIRA, António Matos – Liberalismo. In AZEVEDO, Carlos Moreira [Dir.] – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores – Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, vol. 4, p. 432.

<sup>17</sup> SAMODÃES, Conde de – Carta do snr. conde de Samodães. *A Palavra*. Porto. 2: 572 (2 Julh. 1874) 1.

<sup>18</sup> «Poucas condições são indispensaveis para que as instituições velhas ou modernas ou futuras sejam aceitaveis, e consiste em que haja governo e não anarquia,

constituindo parte nodal do fascículo único da *Encyclopedia Romana* <sup>21</sup>. Aí se propõe uma desenvolvida reflexão sobre a noção de democracia considerada unicamente como sistema político e não teológico, bem como a análise do teor de nocividade, ou não, das liberdades que, então, eram proclamadas como base do «credo do princípio democrático».

## 2.2. Reflectindo a forma de governo

Na esteira de monsenhor Dupanloup, bispo de Orleães, de quem era profundo admirador <sup>22</sup> e cujo pensamento constitui uma referência para Samodães, o princípio de toda a teoria das monarquias e repúblicas assentar sobre a soberania do povo, importando questionar, segundo o conde, a ligação desta nova «fórmula» à «ideia de independência absoluta do homem, como sustentava a escola democrática». Considerando este princípio «completamente falso», faz derivar dele as «consequências erróneas da democracia» <sup>23</sup>. Porém, se a soberania se manifesta pelo povo para o

---

ausência total de governo, que não haja despotismo porque é o oposto ao princípio católico da liberdade individual e que o governo se conforme com os preceitos da moral revelada e ensinada por Deus». S. [Conde de Samodães] – Catholicismo e liberalismo – I. A *Palavra*. Porto. 1: 26 (31 Ag. 1872) 1.

<sup>19</sup> Cf. IDEM – *Ibidem*.

<sup>20</sup> Distinção introduzida por Benjamin Constant para contrapor à «liberdade dos antigos», nomeadamente aquela que existia na Grécia, no tempo da democracia ateniense. Não era tanto a «liberdade individual como garantia contra o Estado», mas a liberdade de participação». A este propósito, veja-se: BURDEAU, Georges – *Traité de science politique*. Paris: [s.e.], 1970, Tomo, V, p. 11; PRÉLOT, Marcel e LESCUYER, Georges – *Histórias das ideias políticas*. Lisboa: Editorial Presença, 2000, vol. 2, p. 93-94.

<sup>21</sup> AGUILAR, Francisco d'Azeredo Teixeira d' [Conde de Samodães] – Introdução. In *ENCYCLOPEDIA Romana*. Porto: Typographia da «Palavra», 1873.

<sup>22</sup> «O nome do bispo de Orleans fica inscripto com letras de ouro nas suas magnificas obras, nas suas monumentaes cartas pastoraes, nas actas dos concilios, nos livros dos debates parlamentares, nas actas da assembleia popular e nas do seculo, nos archivos das academias, que se honraram com tão illustre associado. [...] Génio universal, talento amestrado, energia inflexivel, Dupanloup difficilmente encontraria adversario que não ficasse esmagado sob o pezo enorme da sua argumentação cerrada, nervosa, formidavel. [...] A sua influencia não se limitava ás já extensas fronteiras da França, mas transpondo-as, vinha exercitar-se em outros paizes, em outros homens, em outros centros [...]». SAMODÃES, Conde de – Felix Dupanloup. *A Palavra*. Porto. 7: 1858 (19 Out. 1878) 1. Aliás, Samodães chegou mesmo a traduzir, comentar e prefaciá-los alguns textos do bispo de Orleães, os casos de: AGUILAR, Francisco d'Azeredo Teixeira



governo da sociedade, servindo aquele apenas de «canal ou intermédio à origem do poder», é um princípio verdadeiro. A esta luz, embora considere não poder existir soberania à margem da liberdade <sup>24</sup>, defende que «ninguém existe que não dependa de Deus», e neste sentido «ninguém tem o poder de executar o que quer, senão Deus: logo não há nem pode haver outra soberania absoluta senão a que Deus exerce» <sup>25</sup>. Por isso, a soberania popular é considerada não no sentido do poder residir no povo, mas no sentido de ser exercido «por meio do povo». Em suma, para Samodães o poder é, assim, delegado pela soberania, e quem o exerce recebe-o legitimamente, isto sem se olvidar o necessário exercício da soberania em plena liberdade. Vai neste sentido a sua reflexão sobre a existência de um «espírito moderno [...] oposto do espírito antigo», por isso, «a soberania popular» deveria substituir a soberania real. Deste modo, para Samodães, a «origem do direito, que provinha do rei, passou para a assembleia que dimana do sufrágio. O privilégio, que dominava, deixou o lugar que conquistou a igualdade [...]»<sup>26</sup>. Recusando uma análise valorativa dos governos depositos ou dos que os substituíram, não deixa de criticar a influência dos «governos democráticos» e rejeitar, simultaneamente, a «tyrania d'um só ou de muitos», o que considera manifestamente oposto à «dignidade humana e aos ensinamentos da religião catholica» <sup>27</sup>. Ponderando a relação do novo regime com a verdade cristã em torno do Homem, considera as virtudes da democracia em função do grau de proximidade ou afastamento dos princípios cristãos <sup>28</sup>. Demais, face a esta interpretação do liberalismo, tal como o haviam feito alguns católicos liberais franceses na linha de Montalembert, Samodães advoga a natural reconciliação entre o cristianismo e as sociedades pós-revolucionárias, devendo aquele tirar partido da realização das referidas «liberdades modernas». Todavia, se para Montalembert o liberalismo parlamentar saído da Revolução Francesa «era considerado um

---

d', conde de Samodães [trad. e apre.] – *Carta do ex.m<sup>o</sup> rev. m<sup>o</sup> senhor bispo d'Orleans ao exm.<sup>o</sup> senhor Minghetti, ministro da Fazenda do rei Victor Manoel a respeito da expolição da Igreja em Roma e na Italia*. Traduzida da sexta edição francesa com a carta do mesmo prelado ao jornal *A França* e o Breve do Santo Padre, tudo precedido de algumas palavras do tradutor [...]. Porto: Typographia da «Palavra», 1875; IDEM – *O matrimónio christão por monsenhor Dupanloup, bispo d'Orleans*. Versão da oitava edição francesa por Francisco d'Azeredo Teixeira de Aguiar, conde de Samodães. Porto: Livraria Portuense de Clavel & C<sup>a</sup> Editores, 1884.

<sup>23</sup> S. [Conde de Samodães] – *Republica* – II. *A Palavra*. Porto. 1: 178 (3 Març. 1873) 1.

<sup>24</sup> S. [Conde de Samodães] – *Republica* – II. *A Palavra*. Porto. 1: 178 (3 Març. 1873) 1.



facto positivo»<sup>29</sup>, para Samodães as transformações políticas deviam limitar-se à simples substituição do absolutismo pelo constitucionalismo. Sem embargo da recusa do regresso a uma monarquia absoluta e autoritária, Samodães não deixa de questionar os «exageros» do modelo político e económico liberal.

Mesmo considerando a existência de «defeitos capitaes» no sistema representativo, este é o que se lhe afigura «mais conveniente à gerência dos negócios da sociedade»<sup>30</sup>. Assim, sintetizando a sua interpretação do liberalismo, conclui de forma clara: «[Este] é uma opinião política, que deseja que o Estado seja regido por uma constituição, contendo certos princípios» em ordem à divisão de poderes, entre estes o executivo responsável para com o Chefe de Estado e a representação nacional, o legislativo, composto de uma ou duas camaras, «uma das quais seja eleita pelos cidadãos, com voto mais ou menos amplo por methodo directo», outrossim o judicial<sup>31</sup>.

#### FORMA DE GOVERNO PRECONIZADA POR SAMODÃES

QUANTO À LEGITIMIDADE	Legitimidade monárquica
QUANTO À PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS	Representação política
QUANTO AO PLURALISMO	Pluralismo político
QUANTO À DECISÃO DO PODER	Monarquia limitada (admite separação de poder)

<sup>25</sup> Com efeito, Samodães critica a concretização jacobina da soberania do povo concebida de forma ilimitada. A este propósito, como ensina Jorge Miranda, esta forma de soberania popular «encontra-se nos antípodas dos princípios enformadores da democracia representativa, por ser tão negadora como a monarquia absoluta das liberdades individuais e institucionais e tão contrária como ela aos processos jurídicos de limitação do poder político que o constitucionalismo se esforçou por instituir». MIRANDA, Jorge – *Ciência Política. Formas de governo*. Lisboa: Pedro Ferreira, Editor, 1996, p. 149.

<sup>26</sup> AGUILAR, Francisco d'Azeredo Teixeira d' [Conde de Samodães] – Introdução. In *Ob. Cit.*, p. XXXI.

<sup>27</sup> IDEM – Introdução. In *Ob. cit.*, p. XXXII.

<sup>28</sup> Cf. IDEM – Introdução. In *Ob. cit.*, p. XXXI.

<sup>29</sup> NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, p. 371. Porém, apesar daquela opinião, Montalembert não deixa de referir, a propósito da liberdade da Igreja: «Le crime des auteurs de la révolutions française, crime impardonnable devant Dieu comme devant les hommes, c'est d'avoir méprisé, outragé et persécuté la religion de la France». MONTALEMBERT, Le comte de – *L'Église libre dans l'État libre. Discours prononcés au Congrès Catholique de Mmalines par [...]*. Paris: Didier et Cie Libraires, 1863, 56-57.

A tudo isto deveria ser acrescentada «a liberdade de imprensa, sujeita a leis que garantam sempre a religião da sociedade [...] contra os abusos da mesma, e finalmente certas garantias em favor de todos os cidadãos sem excepção»<sup>32</sup>. Tomando, assim, esta acepção para o vocábulo, Samodães conclui: «[...] se liberalismo é isto, não creio que haja catholico que não possa ser liberal, exercendo cargos públicos, servindo fielmente os governos assim constituídos»<sup>33</sup>. Argumentando deste modo contra as críticas que lhe eram dirigidas em virtude da sua passagem, como ministro, por um governo de D. Luís, reafirma a sua interpretação da forma de governo que preconiza, bem como do termo liberal, passível, a seu ver, de aplicação «a todo e qualquer cidadão que reconhece a dynastia reinante e a lei fundamental do Estado, lhe jura obediencia e fidelidade e as serve lealmente. Estou eu nesse caso, que reconheço a legitimidade da dynastia reinante e da Carta»<sup>34</sup>, sublinha.

### 2.3. Interpretação das «liberdades modernas» à luz do cristianismo

A par deste assumido constitucionalismo, Samodães vai iniciar um longo caminho de conciliação entre fé e cidadania, num processo paulatino que tenta articular o catolicismo com a inevitável assunção de responsabilidades na vida política<sup>35</sup>. Neste sentido, atente-se no opúsculo *A liberdade da Igreja em Portugal*<sup>36</sup>, dado ao prelo em 1880, onde Samodães resume a sua militância confessional, chegando mesmo a identificar-se com um dos expoentes do nosso liberalismo: «A minha dedicação para com o episco-

---

<sup>30</sup> S. [Conde de Samodães] – Catholicismo e liberalismo – I. *A Palavra*. Porto. 1:26 (31 Ag. 1872) 1.

<sup>31</sup> Esta leitura de Samodães do modelo político do constitucionalismo monárquico português, cujo «poder neutro» ou «poder moderador» do rei funciona como garantia de equilíbrio dos outros poderes, coincide com o teorizado por Benjamin Constant, autor que maior influência exerce sobre a *Carta* de 1826. Sobre o pensamento deste, veja-se, entre outros: BASTIDE, Paul – *Benjamin Constant et sa doctrine*. Paris: Armand Colin, 1966. 2 vols. Aliás, a este propósito, Samodães esclarece: «Lemos Benjamin Constant [...] e outros publicistas, defensores da liberdade como princípio [...]. Passamos d'ahi para o estudo da liberdade nas suas accepções, nas suas relações com a vida individual do homem, vida civil e vida politica». SAMODÃES, Conde de – O liberalismo do Illmº e Revmº padre Castro da Cruz. *A Palavra*. Porto. 3: 779 (9 Març. 1875) 1.

<sup>32</sup> S. [Conde de Samodães] – A propósito do artigo «Um bom livro de Ségur». *A Palavra*. Porto. 3: 734 (13 Jan. 1875) 1.

<sup>33</sup> IDEM – *Ibidem*.

<sup>34</sup> S. [Conde de Samodães] – A venda dos Passaes. *A Palavra*. Porto. 4: 1101 (5

pado é mais lata, amplia-se a todo o clero, cuja causa me comprazo em ter defendido toda a minha vida como defendido tenho a religião catholica, apostolica, romana, pelo modo que tenho sabido e podido, imitando n'isto, e mal (por mais não pder) o visconde d'Almeida Garrett, que um dia me deu esse conselho em 1854. [...] Por inumeras vezes tenho afirmado de que 'póde existir' perfeitamente harmonia entre religião catholica e a liberdade»<sup>37</sup>.

Numa tentativa de coabitação e respeito pelas instituições constituídas, os católicos constitucionais, ou auto designados «católicos puros»<sup>38</sup>, têm em Samodães um dos principais defensores da acção no seio do sistema político. Pese o pioneirismo da posição prosseguida, a par da já referida assunção do constitucionalismo, não deixaram de ser «católicos convictos e como tal reconhecidos pelas autoridades eclesiásticas nacionais e romanas»<sup>39</sup>. Aliás, o cerne do discurso conciliador de Samodães, entre catolicismo e liberalismo, assenta justamente na defesa do «aproveitamento», pelos cristãos, das «liberdades modernas» preconizadas pela democracia como sistema político<sup>40</sup>. Tendo ainda Montalembert como paradigma da aliança entre religião e liberdade, sublinha: «[...] ainda em 1863 no Congresso de Malines mostrou que a paz no mundo só podia dimanar da alliança entre a Egreja e a democracia, por esta ser a forma para que todos os governos tendiam. Montalembert falava na Bélgica, um dos poucos países em que o papa é realmente papa»<sup>41</sup>.

Das liberdades proclamadas como base do «princípio democrático», Samodães reflecte autonomamente sobre a liberdade de imprensa, de associação, de reunião, de consciência, de cultos, associando a esta última a

---

Abr. 1876) 1.

<sup>35</sup> Cf. CLEMENTE, Manuel e FERREIRA, António Matos [coord.] – *Religião e secularização*. In AZEVEDO, Carlos Moreira [Dir.] – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores – CEHR, 2000, vol. 3, p. 122.

<sup>36</sup> Cf. AGUILAR, Francisco d'Azeredo Teixeira d' [conde de Samodães] – *A liberdade da Igreja em Portugal. Eschritos avulso a propósito dos exames synodales*. Porto: Livraria Malheiro, 1880. Este volume reúne os artigos do conde de Samodães publicados em *A Palavra*, ao longo de 1880, como resposta aos ataques de *O Primeiro de Janeiro* a propósito dos exames sinodais, promovidos pelo prelado da diocese, a «clérigos apresentados». A este propósito, ver ainda: REIS, António da Rocha – *Adhesão e não adesão ás doutrinas da «Palavra» e do «Primeiro de Janeiro» ácerca dos exames synodales*. Opúsculo dedicado aos leitores da «Palavra» por Antonio da Rocha Reis, abbade da freguezia de Gallegos, do concelho de Penafiel. Penafiel: Typographia do «Penafidense», 1880.

<sup>37</sup> SAMODÃES, Conde de – *Ob. cit.*, p. 35-38.

questão da liberdade da Igreja Católica.

Quanto à liberdade de imprensa, exorta as autoridades a prosseguirem uma regulamentação que contemplasse a protecção da religião face ao «abuso» de alguma imprensa que, então, atacava sistematicamente a Igreja. Não significava esta orientação, adverte Samodães, que a lei civil viesse impor limites à liberdade de pensar, mas sim «à liberdade de publicar» como «direito absoluto, porque póde trazer prejuízo a terceiro e á comunidade». Aliás, estando a Igreja Católica «de posse destas liberdades, e segundo a lei», reivindica também a sua inclusão «dentro do direito comum». Reflectindo, deste modo, sobre os vícios de uma imprensa desregulada, acrescenta: «Reconhecem-se facilmente os estragos, que pode fazer uma imprensa desordenada, infiel e devassa; mas o veneno combate-se com o antídoto, e este é efficaz quando applicado a tempo. As leis são, é verdade, impotentes contra os seus excessos, mas é poderosa a verdade, e quem a tem pela sua parte não póde recear o exito final da causa, que ella auxilia». Além disso, Samodães advoga, no que ainda ao uso da liberdade de imprensa diz respeito, um tratamento igualitário para a Igreja Católica. «Basta-lhe – sublinha – o direito *commum* e a igualdade»<sup>42</sup>.

Deste modo, se para a imprensa católica preconiza uma igualdade que perpassa pela submissão ao direito comum, é com igual tenacidade que vem em defesa da liberdade de associação, sendo particularmente crítico às restrições impostas desde 1834 à liberdade de associação religiosa. Em nome dessa mesma liberdade, considera que a Igreja foi espoliada, «entregando á fome e á miseria os seus membros». Por conseguinte, para o conde, a Igreja condenou, «e não podia deixar de condenar», actos que considera «selvagens, oppostos aos princípios, que se proclamavam como excellentes [...], ou seja, não condenou o princípio de associação»<sup>43</sup>, sublinha. Por isso, em plano cimeiro, insurge-se sobretudo contra a restrição de liberdade imposta, nomeadamente aos institutos religiosos, a quem reconhece acção meritória em várias áreas de intervenção. É o caso do empenho que

---

<sup>38</sup> «O catholico como religioso não pode ter outros epithetos senão os de apostolico e romano. Mas se da sua crença religiosa quer fazer sentir a sua opinião, convicção ou modo de pensar, por qualquer razão que o demova, em matéria de governação publica, póde sem offensa à religião additar ao epitheto augusto de catholico o designativo d'essa opinião politica, como liberal, constitucional, absolutista, republicano, legitimista, etc.». S. [Conde de Samodães] – A proposito do artigo «Um bom livro de Ségur». *A Palavra*. Porto. 3: 734 (13 Jan. 1875) 1. Neste sentido ver ainda: SAMODÃES, Conde de – *Os Thugs. Opusculo catholico miguelino, liberal, offerecido ao rev. padre Silvano da «Ordem»*. Porto. Typ. da «Palavra», 1884, p. 46.

põe, ainda jovem deputado à respectiva Câmara <sup>44</sup>, na defesa das Irmãs da Caridade, bem como da apologia que faz deste instituto religioso quando vem a lume, já 1887, com a brochura *As Irmãs da Caridade nos hospitaes* <sup>45</sup>, nessa época exercendo funções de provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto e, por inerência, os cargos directivos nas administrações dos hospitais de Santo António e do Conde Ferreira desta cidade.

Neste sentido, Samodães questiona a sinceridade do princípio de liberdade de associação proclamado pela democracia, pois se a defesa daquela fosse genuína não deveria ser restringido o direito de associação às corporações de carácter religioso <sup>46</sup>. Ora, como bem o notou Matos Ferreira, o anticongreganismo assume-se, sobretudo, como «uma das variáveis do anticlericalismo», especialmente de sectores liberais de pendor acentuadamente radical e maçónico, que questionava o cerne da «função

---

<sup>39</sup> CLEMENTE, Manuel – A vitalidade religiosa do catolicismo português: do liberalismo à república. In AZEVEDO, Carlos Moreira [Dir.] – *Ob. cit.*, vol. 3, p. 110.

<sup>40</sup> SAMODÃES, Conde de – Introdução. In *Ob. cit.*, p. LVI.

<sup>41</sup> S. [Conde de Samodães] – Última resposta à «Nação». *A Palavra*. Porto. 2: 595 (29 Julh. 1874) 1.

<sup>42</sup> SAMODÃES, Conde de – Introdução. In *Ob. cit.*, p. LXI.

<sup>43</sup> IDEM – Introdução. In *Ob. cit.*, p. LXV.

<sup>44</sup> As intervenções parlamentares de Samodães a este propósito podem ser compiladas em: PORTUGAL. Câmara dos Deputados – *Diário da Câmara dos Deputados. N.º 1 – Sessão de 16 de Março de 1857*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1857, vol. III, p. 141 e segs.; IDEM – *Diário da Câmara dos Deputados. N.º 3 – Sessão de 3 de Junho de 1857*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1857, vol. VI, p. 44 e segs. Ora, o debate parlamentar sobre o congreganismo intensifica-se de 1857 a 1862, e está-lhe intimamente relacionada a vinda para Portugal das Irmãs da Caridade francesas e a sua expulsão na sequência das fortes reacções à sua permanência em território nacional, caso que teve grande impacto na sociedade portuguesa de então. Aliás, «este acontecimento adquiriu grande relevância e originou uma verdadeira ‘batalha’ ideológica entre clericais e anticlericais». No fundo, tratava-se «de saber se as corporações eclesiásticas eram compatíveis com o regime constitucional, se a liberdade de ensino e as suas consequências ao nível das mentalidades contrariavam a unidade ideológica da nação e se havia conveniência em manter uma religião oficial». NETO, Vítor – *Ob. cit.*, p. 298. Samodães respondeu afirmativamente à primeira destas questões. Para uma síntese actualizada da questão congreganista, veja-se: FERREIRA, António Matos – Congreganismo. In AZEVEDO, Carlos Moreira [Dir.] – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores – CEHR da Universidade Católica Portuguesa, 2000, vol. 1, p. 488-490. Entre as brochuras coevas dedicadas a estas religiosas, saliente-se: *IRMÃS (As) da Caridade ou a questão do momento*. Lisboa: Typ. de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1858.

eclesial na sociedade»<sup>47</sup>.

Não ignorando, pois, a «reserva liberal» à constituição de associações religiosas, por poder fazer periclitir, segundo aquela, a liberdade individual<sup>48</sup>, Samodães vê-se impellido a rebater essa «reserva» considerando a associação religiosa como «um direito indisputável dos homens e das mulheres. Negar-lhe é tolher-lhe a liberdade, sem vantagem para a sociedade»<sup>49</sup>.

Da mesma forma que pugnou pela liberdade de associação, irá reivindicar a liberdade de reunião como «prelúdio» da primeira. Assim, como a lei portuguesa de então não estabelecia peias a esta liberdade, salvaguardadas as exigências da ordem pública, Samodães incita ao seu uso pelos católicos, prática demonstrada na organização dos múltiplos congressos católicos, cuja reunião inaugural acontece em finais de 1871 e inícios de 1872, sob a designação de 1º Congresso dos Oradores e Escritores Católico. Não tendo carácter de organização permanente, com sócios fixos e estatutos definidos, é tão-só o «exercício de reunião para as cousas religiosas»<sup>50</sup>. Face ao contexto europeu, Samodães refere-se assim a este tipo de encontros: «Estes congressos reúnem-se em toda a parte, e sempre em virtude do mesmo direito. Em todos os paizes catholicos e catholicos livres, elles celebram as suas sessões quer solemnes quer particulares, sem que as autoridades por isso tenham experimentado muitos sobressaltos»<sup>51</sup>. Deste modo, é considerada inadequada a antinomia entre liberalismo e catolicismo no exercício desta liberdade, aliás «por ambos tão apreciada e tão respeitada»<sup>52</sup>.

Não deixa, todavia, de criticar alguns exageros que desvirtuam a referida liberdade: «A Igreja não pode approvar que os homens se reúnem para auxiliar a causa do mal, porque esta é repugnante aos seus princípios, mas não contraria nem condemna o exercício lícito do direito de reunião»<sup>53</sup>. A este propósito, ainda em 1873, no *Proémio* à tradução que traz a lume de

---

<sup>45</sup> «A opinião favorável a este Instituto de Senhoras, consagradas ao serviço dos hospitaes, manifestei-a na Camara dos Deputados em 1857 e 1858, e depois na lucta que hove contra ellas, e que terminou pela vergonhosa e repugnante expulsão, que na Europa causou a mais dolorosa impressão sobre o estado da civilisação em Portugal. [...] Talvez os denodados adversarios das Irmãs hospitaleiras, por estremecido amor á liberdade, queiram vir habitar nas enfermarias do Hospital, e ahi dirigirem pessoalmente o serviço das mesmas, vigiando incessantemente sobre todas as miserias d'elle. Se assim o fizerem é provavel que se dispense o serviço de enfermeiras congreganistas, e eu só terei para tecer louvores a essa abnegação, a esses sacrificios, a esse amor enraizado pela humanidade aflicta, enferma e desprotegida». SAMODÃES, Conde de – *As Irmãs da Caridade nos hospitaes. Memoria justificativa do Provedor da Misericórdia do Porto*. Porto: Typographia da Palavra, 1887, p. 16, 70-71.

*A Franc-Maçonaria e a revolução*, do padre jesuíta Francisco Gautrelet <sup>54</sup>, Samodães condescende mesmo com a actividade das sociedades secretas na luta contra a tirania, embora sublinhe a sua inadequação à fase então vivida pelo nosso regime constitucional <sup>55</sup>. Como sublinha o autor hodierno Nefontaine, a «incompatibilidade» entre a Maçonaria e a Igreja não é sinónimo de «incompreensão» <sup>56</sup>, ideia já ventilada no *Estudo àcerca da Franc-Maçonaria*, de monsenhor Dupanloup, texto vertido do francês pelo conde de Samodães e dado ao prelo em 1875 <sup>57</sup>.

Ora, ao expor por várias vezes a sua opinião sobre a Maçonaria, numa leitura que perpassa, como bem o notou Manuel Clemente, a «evolução das relações entre a Igreja Católica e a Maçonaria ao longo do século XIX», Samodães deixa transparecer concomitantemente «o equilíbrio dos seus juízos pessoais, nem sempre generalizáveis ao conjunto do Movimento Católico» <sup>58</sup>.

É com aquela perspectiva que interpreta a iniciação do próprio pai na Maçonaria <sup>59</sup> face à conjuntura política que antecede a Revolução Liberal de 1820, isto sem que tenha olvidado o seu assumido catolicismo. A este

<sup>46</sup> Cf. SAMODÃES, Conde de – Introdução. In *Ob. cit.*, p. LXV.

<sup>47</sup> FERREIRA, António Matos – Congreganismo. In AZEVEDO, Carlos Moreira [Dir.] – *Ob. cit.*, vol. 1, p. 489.

<sup>48</sup> «Mas dizem os adversários, a liberdade mesmo exige que não se force ninguém a fazer parte de corporações, onde os votos tiram toda a liberdade. Mas d'accordo e muito d'accordo: não se force ninguém, como nunca se forçou, e tanto que votos forçados foram sempre nulos: porém não se estabeleça a regra de que ninguém se pode ligar por votos, promessas ou contratos, pelo perigo do arrependimento, porque n'esse caso não se dá um passo n'este mundo». SAMODÃES, Conde de – Introdução. In *Ob. cit.*, p. LXVIII.

<sup>49</sup> IDEM – Introdução. In *Ob. cit.*, p. LXIX.

<sup>50</sup> IDEM – Introdução. In *Ob. cit.*, p. LXXII

<sup>51</sup> SAMODÃES, Conde de – Introdução. In *Ob. cit.*, p. LXXII.

<sup>52</sup> IDEM – *Ibidem*.

<sup>53</sup> IDEM – Introdução. In *Ob. cit.*, p. LXXIV.

<sup>54</sup> O padre Gautrelet é um dos fundadores do Apostolado da Oração em França, em 1844, obra divulgada posteriormente pelo padre Ramière e introduzida entre nós, em 1864, pelos jesuítas Marcocci e Prósperi.

<sup>55</sup> «Houve tempo em que se procurava justificar a existencia da Franc-Maçonaria pela necessidade publica que se sentia de destruir o systema vicioso da velha monarchia, onde os cidadãos não eram livres e gemiam sob o peso da authoridade illimitada do soberano. [...] Se o unico meio de reformar o estado politico das sociedades era o trabalho das associações secretas, podem estas até certo ponto ser desculpadas no que fizessem para a consecução das mudanças necessarias [...]. A continuação das socieda-



propósito, escreve ainda Samodães: «Se a invasão [francesa] era detestada, as idéas livres marchavam sempre, e os animos começavam a inclinar-se para ellas, obedecendo ao seu influxo. Sob o regimen que existia em Portugal era impossível tratar e promover uma mudança qualquer, senão por meio d'associação secreta. O seu fim era tendente a dar liberdade à nação [...]. Estas idéas eram partilhadas por todos os corações nobres e almas generosas. Francisco de Paula de Azeredo não poudé resistir à sua influencia, e como unico meio que se considerava adequado para a sua realisação era o trabalho progressivo e constante das sociedades secretas, elle se iniciou na franc-maçonaria, sendo para isso convidado pelo general inglez barão d'Eben, que em 1817 por pertencer à sociedade secreta, e ter tomado parte na conspiração de Gomes Freire, esteve para subir ao cada-falso [...]»<sup>60</sup>. Interpretando desta forma a acção das sociedades secretas no início do século XIX em Portugal, não deixa de sublinhar que, volvida aquela conjuntura, seu pai acabara por abandonar a referida agremiação secreta<sup>61</sup>. Aliás, Samodães assume a mesma posição por altura do passamento, em 1887, do gão-mestre da Maçonaria António Augusto de Aguiar, quando o cardeal-patriarca de Lisboa se opõe à realização das exéquias solenes: «Sei que voga há muito tempo uma doutrina inadmissível, a qual consiste em cada um se julgar com direito de adoptar só parte das definições e resoluções da Igreja Católica, excluindo as que não agradam ou não convêm, sem contudo se deixar de ser católico. [...] Estou certo que, se a moléstia lhe desse tempo, o conselheiro Aguiar se havia de reconciliar, e nesse caso cessava o motivo da proibição. É possível até que no momento extremo elle se arrepende-se; mas isso ignora-se, e portanto, podendo-se e devendo-se orar por elle, [...] não se lhe podem prestar honras fúnebres públicas [...]»<sup>62</sup>.

Tal como sublinha ainda no *Proémio* que antecede a sua tradução da referida obra de Gautrelet, Samodães reconhece a inadequação da Maçonaria à nova realidade histórica, a um tempo completamente diverso,

---

des secretas nos paizes livres, onde á luz da publicidade se devem discutir todos os assumptos, é uma contradição permanente com essa theoria mesma de governo, que aos seus trabalhos deve em parte a existencia». SAMODÃES, Conde de – Proémio do tradutor. In GAUTRELET, Padre Francisco Xavier – *A Franc-Maçonaria e a revolução, pelo [...]*. Tradução, introdução e proémio de Francisco de Azeredo Teixeira de Aguiar, conde de Samodães. Porto: Livraria Internacional, 1873, p. XIV-XV.

<sup>60</sup> Cf. NEFONTAINE, L. – *La Franc-maçonnerie*. Paris: Cerf-Fides, 1990, p. 8.

<sup>61</sup> ORLEANS, Bispo d' [Monsenhor Dupanloup] – *Estudo àcerca da Franc-Maçonaria, pelo [...]*. Antecolóquio e tradução do francês por Francisco de Azeredo Teixeira

referindo: «Se a maçonaria é uma associação de beneficencia e socorros mútuos tem nas leis de todos os paizes o modêlo da sua organização, podendo apparecer à luz do sol sem o menor receio de ser censurada ou condemnada. Se é uma associação politica tambem póde e deve ser publica afim de ser vigiada e cohibida quando ameace perturbar a sociedade»<sup>63</sup>. Contudo, no início da década de 1870, ao considerar já não se tratar somente de um facto político, aponta a Maçonaria como uma associação essencialmente «anti-religiosa confessa» quando ataca incessantemente a religião na defesa de uma sociedade «sem base moral comum»<sup>64</sup> e, deste modo, divorciada de Deus, argumento que o leva a concluir: «Quando os homens se divorciam de Deus: Deus os abandona a todos os desvairros tresloucados da sua razão enferma. É o que estamos observando atemorizados. Os horrores de Maio de 1871 em Paris, o espectáculo que nos offerece a Hespanha, todos os crimes politicos e sociaes, que entenebrece a gloria d'este seculo são a consequencia necessaria dos principios estabelecidos pela impiedade, que impera desenfreada nos governos dos estados e em todas as suas medidas»<sup>65</sup>.

Quando em 1884 Leão XIII expande a encíclica *Humanum genus*, apontando a Maçonaria como uma afronta «sistemática» à Igreja Católica, o ministério de Fontes Pereira de Melo levantou sérios entraves à sua publicação e divulgação entre nós, facto que Samodães acaba por denunciar como «discriminatório» por parte do Governo português: «O governo actual aproveitando o facto da referência a uma Encyclica condemnatoria das sociedades secretas e da publicação da mesma, praticada por dois virtuosos e eruditos prelados<sup>66</sup>, para censural-os, e reivindicar as chamadas prerrogativas da Coroa em assumpto alheio à sua competencia, quis dar um documento solemne, publico e historico da sua submissão plena às lojas maçónicas, a cuja intimidação obedeceu servilmente. [...] O governo quiz [...] não deixar duvidas, e provar por actos, que não admite equívocos, que o seu proceder é pautado pelo que lhe prescrevem as officinas da

---

d'Aguilar. Porto: Livraria Internacional, 1875. A tradução vai oferecida a D. António de Macedo Costa, bispo do Pará.

<sup>58</sup> CLEMENTE, Manuel – Maçonaria e movimento católico português: a posição do conde de Samodães (1828-1918). In *RELIGIÃO e ideal maçónico: convergências*. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etologia das Religiões – Universidade Nova de Lisboa, 1994, p. 13.

<sup>59</sup> Cf. MARQUES, A. H. de – *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. Lisboa: Editorial Delta, 1986, vol. 2, col. 1283-1284.

<sup>60</sup> AGUILAR, Francisco d'Azeredo Teixeira d' – *Apontamentos biographicos de*

maçonaria [...]»<sup>67</sup>.

Por essa altura, tentando reforçar a importância daquela encíclica pontifícia, sob os auspícios da *Bibliotheca Malheiro*, casa editora com sede nas instalações de *A Palavra*<sup>68</sup>, vem a lume um trabalho de arrojada envergadura sobre *O segredo da Maçonaria*<sup>69</sup>, de monsenhor Amandio José Fava, bispo de Grenoble. Traduzida do francês pelo professor António Moreira Belo, destacado membro da Associação Católica do Porto, esta obra obteve grande divulgação entre nós, sendo apresentada por Samodães como «um excellent livro [...] traduzido e anotado pelo esclarecido professor Bello»<sup>70</sup>.

Ainda em torno da questão da Maçonaria, não se exime em apontá-la como inimiga do catolicismo, cuja conduta, em nome da liberdade, considera escravizar os «adversários com opiniões contrárias». Todavia, Samodães auspicia-lhe a diminuição de importância desde que os homens se «compenetrem da aridez da falsa ciencia dos livres pensadores, que tudo pode destruir, mas nada reedificar». Numa tentativa de interpretação do «espírito do século», considera que, se por um lado este repele a ideia de exclusivismo católico, por outro repelirá igualmente o «exclusivismo impio e maçónico», e então virá a liberdade, «e com ella desaparecerá a Maçonaria, e em luta aberta entre os dous antagonistas, a verdade e o erro, vingará aquella, salvando a sociedade e restabelecendo-se a tranquillidade ás consciencias oprimidas». Perante tal transformação a «Igreja nada terá a reear», conclui.

Reorientando as atenções que até aí se tinham centrado nas relações dos católicos com o liberalismo, fá-las incidir agora na «Internacional, no socialismo, no comunismo», utopias que aponta como futuramente «impossíveis, porque as nações voltarão para Deus, e Deus voltará para ellas»<sup>71</sup>.

Fazendo recair a liberdade religiosa justamente no respeito pela pes-

---

*Francisco de Paula d'Azeredo*. Porto: Typographia de Manoel José Pereira, 1866, p. 49-50. A este propósito ver ainda: GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro – O general Azeredo: um emigrado da *Belfastada*. In CONGRESSO INTERNACIONAL D. PEDRO IV, 1, Porto, 1998 – *D. Pedro imperador do Brasil, rei de Portugal. Do absolutismo ao liberalismo*: actas. Porto: Universidade do Porto – CNCDP, 2001, p. 159-172.

<sup>61</sup> Cf. AGULILAR, Francisco d'Azeredo Teixeira d' – *Ob. cit.*, p. 50.

<sup>62</sup> SAMODÃES, Conde de – A maçonaria devota. *A Palavra*. Porto. 16: 108 (25 Out. 1887) 1.

<sup>63</sup> IDEM – Proémio do Tradutor. In GAUTRELET, Pe. Francisco Xavier – *Ob. cit.*, p. XLVII.

<sup>64</sup> IDEM – Proémio do tradutor. In GAUTRELET, Padre Francisco Xavier – *Ob.*

soa, defenderá com a mesma tenacidade a liberdade de consciência. Esta, por sua vez, é considerada por Samodães «o ponto objectivo de todos os ataques que a democracia dirige contra o catolicismo. Este tyrannico, oppressor, dogmatico, obscurantista é o inimigo figadal da liberdade de consciencia» <sup>72</sup>. E a Igreja Católica, adianta ainda, só exige que a liberdade, aplicada a todos, lhe seja também concedida e a quantos seguem a sua doutrina, esclarecendo que, embora a Igreja procure persuadir, «nunca tentou forçar a consciencia de ninguém», prática que, de resto, aponta como ineficaz: «De que serviria a imposição d'uma crença pela força? Criar rebeldes ou hypocritas? Qual poderia ser o fim d'esta politica irrational? Avassallar o mundo ou preparar almas para a beatitude? A primeira hypotese era irrealisavel por taes meios; a segunda inutilisada por tal fórmula. Foi sempre regra invariavel da Egreja em todos os tempos formar catholicos e não hypocritas; é improprio d'uma religião querer forçar as consciencias, pois não ha poder que as domine» <sup>73</sup>.

Fundamentado nos primeiros apologistas do cristianismo <sup>74</sup>, rejeita as referências delatorias à revogação do Édito de Nantes e à Inquisição hispânica <sup>75</sup>, factos históricos que considera eminentemente políticos, «acobertados pelo véu da religião» <sup>76</sup>. Além disso, admite contrapor a estes factos o argumento dos «horrores da reforma em Inglaterra e as carnificinas do terror em nome da liberdade política, como talvez os primeiros fossem em nome da liberdade de consciencia», o que considera mais do que duvidoso à luz da história.

Em suma, para Samodães a liberdade de consciência consiste em «não empregar meios violentos para desviar alguém do erro», devendo mesmo ser manifestada tolerância a quem nele incorresse, reclamando aquela

---

*cit.*, p. XLVIII.

<sup>65</sup> IDEM – Proémio do tradutor. In GAUTRELET, Padre Francisco Xavier – *Ob. cit.*, p. XLIX.

<sup>66</sup> Refere-se aos bispos da Guarda e de Goa.

<sup>67</sup> SAMODÃES, Conde de – *A reforma da Carta e o beneplácito regio*. Porto: Typographia da Palavra, 1884, p. VII.

<sup>68</sup> A funcionar, então, na Rua da Picaria, n.º 97, no Porto.

<sup>69</sup> «Como exposição de factos, dedução de provas, analyse de doutrinas, descrição de situações, comparação de acontecimentos, quasi todos contemporaneos, este livro [...] é muito interessante, instructivo e convincente. [...] Não é um livro de partido, que venha ferir as opiniões politicas dos leitores, ou atacar susceptibilidades pessoas». SAMODÃES, Conde de – *O segredo da Maçonaria*. [Folheto de apresentação da obra de monsenhor Fava, publicada pela *Bibliotheca Malheiro* – Colecção particular].

<sup>70</sup> SAMODÃES, Conde de – Proémio do tradutor. In GAUTRELET, Padre Francisco

liberdade como princípio legítimo do catolicismo. Todavia, se em matéria de dogma não se pode confundir liberdade de consciência com «relativismo ou a indiferença», esclarece ainda Samodães: «[...] não só agora, mas em todos os tempos, não pôde ser outro o princípio democratico da liberdade de consciencia para ser admissivel [...]»<sup>77</sup>. Firmeza e tolerância deveriam ser mesmo consentâneas à liberdade de consciência, considera. É deste modo que repele as acusações de ter transigido no exercício das suas funções públicas de governador civil do Porto, em 1870, com manifestações protestantes nesta cidade<sup>78</sup>. Com igual firmeza condenatória refere muitos outros episódios, tal o caso do ataque dirigido ao ministro evangélico Moreton por supostos católicos quando se deslocava a uma casa na Rua do Bonjardim, no Porto, onde se reunia com outros indivíduos para cantar e explicar a Bíblia. «Perante a gravidade do insulto – comenta Samodães – não podemos deixar de condemnal-o como impróprio de gente catholica civilisada.

Somos completamente oppostos a estes tumultos [...], a quaesquer insultos que se façam a associações ou pessoas que se mantem nos limites dos seus direitos, respeitando os dos outros»<sup>79</sup>. Do mesmo modo que critica aqueles episódios, lamenta os célebres incidentes junto à Sé Catedral por altura da exaltação de Pio IX, bem como as investidas contra a sede da Associação Católica do Porto<sup>80</sup>.

O relato destes factos acaba por ser elucidativo sobre a posição de Samodães perante a questão da liberdade de cultos. Com efeito, embora admita a tolerância religiosa, por estar contemplada no «projecto de Deus», rejeita «toda a idéa de tolerância theologica com qualquer especie de culto [...], acceitando, porém, não em absoluto mas segundo as circunstancias, a tolerancia política que as leis civis concedem e que a Egreja catholica sempre approvou [...]»<sup>81</sup>.

A sua reflexão alonga-se ainda à questão da doutrina contida na *Carta Constitucional* que, especialmente no estipulado no seu artigo 6º, determina como a religião católica a religião do reino e, deste modo, permite o culto aos católicos e o doméstico aos estrangeiros não católicos. Ora, já em 1873, assumindo uma perspectiva nitidamente neotomista, Samodães distingue

---

Xavier – *Ob. cit.*, p. LI.

<sup>71</sup> SAMODÃES, Conde de – Proémio do tradutor. In GAUTRELET, Padre Francisco Xavier – *Ob. cit.*, p. LI.

<sup>72</sup> IDEM – Introdução. In *Ob. cit.*, p. LXXIV.

<sup>73</sup> IDEM – Introdução. In *Ob. cit.*, p. LXXV.

<sup>74</sup> «[...] de Tertulliano, de Sancto Athanasio, de Sancto Agostinho, de Sancto Hilario [...]». IDEM – *Ibidem*.

claramente o plano prático do teórico. Numa visão mais alargada do que a de apenas admitir a simples excepção para as minorias, acaba mesmo por defender a opção pelo regime geral da liberdade dos cultos e pela necessidade de coexistência pacífica das várias sensibilidades religiosas, explicando: «[...] a liberdade de cultos não é a confissão da indiferença entre a verdade e o erro, entre a religião divina e as seitas humanas, mas é a sanção dada à liberdade de consciencia, é a consequência necessária d'um estado social, que a reclama» <sup>82</sup>.

Sobre o assunto, Manuel Clemente admite inclusive que o discurso de Samodães tem como objectivo «ilibar o catolicismo português de falsos privilégios de religião oficial», privilégios que acabam por ocultar a «ingerência» governativa nos assuntos internos da Igreja <sup>83</sup>.

Com o reconhecimento da liberdade de consciência, o que acontece então por parte da Igreja <sup>84</sup>, a liberdade de cultos «vem necessariamente sem perigo nem concorrência ao catholicismo [...]. Além d'isto a lei é obra dos homens, e estes são falliveis; d'uma hora para a outra elles mudam, destroem e substituem-lhe a contraria» <sup>85</sup>. Embora o culto exclusivo da Nação fosse à face da lei o católico, Samodães mostra-se receoso por, em qualquer altura, «uma facção catholica [...] escalar o poder e proscriver-o» <sup>86</sup>. Por isso, defende que, ao ser aceite o princípio da liberdade dos cultos, tal como o reclamava a «democracia dominante», o católico «entra na regra,

---

<sup>75</sup> «De sobejo se tem fallado na inquisição, instituição que poucos teem estudado, e por isso poucos avaliam com rectidão. A inquisição como tribunal, tal como existia em Portugal, na Hespanha e em outras partes, só pertence á Egreja pelo nome, e não pela instituição. O estudo consciencioso dos factos prova que desde Xisto IV os Papas só procuravam tornar menos vexatorias as funções d'aquelle tribunal, que os importantes estabeleceram para fins mais políticos do que religiosos. Os indultos pontificios, as instruções repetidas, e o recebimento das appellações provam que o papado não é conivente nos actos do tribunal do Sancto Officio». IDEM – Introdução. In *Ob. cit.*, p. LXXXII.

<sup>76</sup> SAMODÃES, Conde de – *Discurso pronunciado na sessão pública do congresso dos oradores e escriptores catholicos*. Porto: Typographia de Manoel José Pereira, 1872, p. 7.

<sup>77</sup> IDEM – Introdução. In *Ob. cit.*, p. LXXXI.

<sup>78</sup> IDEM – *Discurso pronunciado na sessão [...]*, p. 6-7.

<sup>79</sup> SAMODÃES, Conde de – *Perseguição religiosa. A Palavra*. Porto. 7: 2000 (12 Abr. 1879) 1.

<sup>80</sup> Cf. GARRETT, Rodrigo de Almeida – *Viva a liberdade ou os acontecimentos do dia 22 de Junho. A Palavra*. Porto. 1: 278 (5 Julh. 1873) 2-3.

<sup>81</sup> SAMODÃES, Conde de – *Discurso pronunciado na sessão [...]*, p. 8.

<sup>82</sup> SAMODÃES, Conde de – Introdução. In *Ob. cit.*, p. LXXXIV. Entre nós o

e elle está sempre melhor na regra do que na excepção»<sup>87</sup>. Sendo assim, acabam os receios do católico, além de deixar de ser alvo do «odioso de ser exclusivista, quando elle tem o exclusivo, mas só para ser esmagado, amesquinhado, avassalado e ultrajado a cada passo pelo poder central», situação que ilustra com a defesa feita nos meios parlamentares da dependência de qualquer bispo do filtro da «censura do Conselho de Ministros», tal o simples desiderato de remeter uma mera pastoral aos seus diocesanos. Embora reconheça a boa-fé do legislador da lei fundamental, duvida profundamente dos governos que a aplicam. Por isso, a partir do momento que fosse decretada a liberdade de culto, ninguém continuaria a ser católico contra a sua vontade e desse modo haveria uma sangria positiva com a saída de direito dos livres-pensadores, aliás como de facto já o tinham feito.

### 3. Concluindo

Em suma, toda a arquitectura do discurso de Samodães é construída tendo por base a clara aceitação das liberdades modernas conciliadas com princípios cristãos, liberdades que entendia como veículos ao serviço na própria Igreja. A defesa da liberdade religiosa é complementada com a da liberdade política, quer na receptividade a toda a forma de governo, quer na específica compatibilização do catolicismo com o Liberalismo, pois o mais relevante seria afirmar uma efectiva presença do primeiro como elemento de liberdade e progresso. Este discurso moderado e de diálogo preconizado por Samodães viria a ser defendido oficialmente por Leão XIII, na encíclica *Immortale Dei*, em 1885<sup>88</sup>.

À reivindicação de maior harmonização da Igreja com o poder civil, para exercer deste modo maior influência na sociedade, Samodães junta uma leitura cristã das liberdades modernas na linha do que fora preconizado pelo grupo do *L'Avenir*<sup>89</sup>, em 1830, e especialmente por Montalembert, no Congresso de Malines, em 1863. Defensor de um sistema político administrativamente descentralizado, aponta um programa que tem como

---

debate sobre a liberdade de cultos tinha sido iniciado pelo jornal *O Portuguez*, em 1861. Embora de tendência regalista, este título passou a defender o pluralismo religioso. Aliás, logo em 1864, o deputado e jurista Levy Maria Jordão chega mesmo a propor, no Parlamento, a alteração ao artigo 6º da Carta, o que não colheu, nessa época, a aceitação da Câmara fiel ao regalismo e ao «princípio da unidade na fé». Será, contudo, o bispo de Viseu D. António Alves Martins a perfilhar de forma mais clara a perspectiva crítica à imposição constitucional de uma confissão religiosa. Cf. ALMEIDA, Carlos Marques de – *Vida e obra de D. António Alves Martins, o célebre bispo de Viseu*.



lastro as liberdades de imprensa, de associação, de reunião, de consciência e de cultos. Tal como Laménais o tinha feito no opúsculo *Paroles d'un croyant*<sup>90</sup>, vindo a lume em 1834, Samodães sustenta uma postura radicalmente oposta a todas as formas de tirania, mostrando clara confiança no povo.

Este discurso de adaptação da Igreja ao mundo envolvente leva Samodães a considerar de suma importância o conhecimento profundo de um tempo hodierno: «Todos temos obrigação de defender a religião em que nascemos, acreditamos e esperamos salvar-nos; mas [...] não nos permitem varrer o sentimento da epocha que atravessamos, e esse é preciso conhecê-lo, não o perder de vista, não formar illusões a seu respeito [...]»<sup>91</sup>. Neste sentido, procurando uma interpretação conciliadora do próprio *Syllabus*, tal o que defendera Dupanloup<sup>92</sup> em *La convention du 15 de Septembre et l'Encyclique du 8 Decembre*, Samodães assume cada vez com mais firmeza a liderança do grupo de católicos que entre nós se aproximam dos designados «intérpretes moderados» da 80<sup>a</sup>, e última, preposição daquele documento pontifício vindo a lume em 1864. Para esta sensibilidade católica, Pio IX não transigira nem com o progresso nem com o Liberalismo em si, mas tão-só com o carácter anti-católico com que os liberais os impregnavam. Samodães é, com efeito, um daqueles católicos que se inscreve no grupo dos que souberam separar o que «dentro das aspirações confusas do seu tempo, possuía um valor positivo e aquilo que constituía [...] compromisso mais ou menos inconsciente com as ideologias pouco conformes ao espírito cristão»<sup>93</sup>. A exemplo das personalidades atrás referidas, bem como do episcopado belga, dos canonistas de Lovaina, ou até do alemão Ketteler, o conde visava a reconstrução de um cristianismo ao serviço na Igreja, utilizando para tal «meios novos» em consonância com as «aspirações modernas», com vista a uma independência da Igreja face ao poder político.

Coimbra: Faculdade de Letras, 1970, vol. I, p. 136 e segs. Tese de licenciatura.

<sup>83</sup> Cf. CLEMENTE, Manuel – Os católicos portugueses e os princípios de 89. *Ob. cit.*, p. 261.

<sup>84</sup> «[...] é clarissimo que a Igreja Catholica não é, não pode ser opressora da liberdade de pensamento, e que ella o que sómente faz é condemnar os maos pensamentos». AZEVEDO, Visconde de – *Discurso pronunciado na Assembléa dos Oradores e Escriptores Catholicos, em sessão publica de 1 de Janeiro de 1872 pelo [...]*. Porto: Jacinto A. P. da Silva, 1872, p. 23.

<sup>85</sup> SAMODÃES, Conde de – Introdução. In *Ob. cit.*, p. LXXXIV.

<sup>86</sup> IDEM – *Ibidem*.

<sup>87</sup> IDEM – Introdução. In *Ob. cit.*, p. LXXXV.

<sup>88</sup> Cf. MARTINS, António Manuel – Recepção em Portugal das encíclicas sobre o liberalismo: *Mirari vos, Quanta Cura e Immortale Dei. Lusitania Sacra*. Lisboa. 2<sup>a</sup> Série: 1 (1989) 41-80. Sobre a encíclica, veja-se o estudo coevo de: BELLO, A. Mendes – *Carta Pastoral de 25 de Janeiro de 1886 sobre as doutrinas da encyclica Immortale Dei do Santo Padre Leão XIII, que trata da constituição cristã dos Estados*. Lisboa: [s.e.],